

ESTUDO DAS MARCAS DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA E APLICAÇÃO NO ENSINO DO GÊNERO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE POLICIAIS

Denise dos Santos GONÇALVES²⁵

RESUMO

Neste trabalho apresentamos resultados de uma pesquisa de Mestrado que buscou identificar marcas do boletim de ocorrência emitido pela Polícia Militar de Minas Gerais. A pesquisa foi desenvolvida a partir dos modelos de análise de textos propostos pelo Interacionismo Sociodiscursivo e inventariou características que reportam ao contexto de produção e ao folhado textual. Observou-se que o BO se arranja em dois grandes blocos: os campos parametrizados, que acomodam informações em tabelas, e o histórico, espaço em que o texto se apresenta livre da conformidade de quadros. A estrutura do gênero, que privilegia a inserção de informações nos campos parametrizados, atende a demanda institucional que visa a compor banco de dados sobre as informações de segurança pública no estado. Em razão desse arranjo estrutural, o histórico é tomado, à primeira vista, como o único espaço do BO em que se desenvolve a narrativa. Via de consequência, o mesmo arranjo pode sugerir que nos campos parametrizados se acomoda, exclusivamente, a descrição. Abordaremos a constituição da narrativa, sequência predominante no gênero boletim de ocorrência, e demonstraremos, com fundamento nos resultados da pesquisa, um percurso narrativo peculiar, que se desenvolve preliminarmente nos campos parametrizados, antecipando informações a serem consideradas pelo relator por ocasião da elaboração do histórico. Apresentaremos, por fim, relato da aplicação prática de uma *check-list*, produto da pesquisa, que vem sendo adotada nas atividades de ensino e aprendizagem em cursos técnicos e superiores voltados para a formação de policiais, especificamente em disciplinas que abordam a escrita desses profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: gênero textual; ensino profissional; boletim de ocorrência.

1. Pesquisa e ensino de gêneros no ensino profissional: o caso do BO

É em virtude de compartilharem ambientes e objetivos que os integrantes das comunidades discursivas estabelecem convenções que caracterizam suas práticas comunicativas. Tratando-se de contextos profissionais, essas convenções se tornam

25 CEFET-MG, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos de Linguagens. Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça, 30421-169. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. denisegoncalves@yahoo.com.

mais explícitas, já que alguns gêneros são criados, utilizados e normatizados por comunidades específicas para fins de exercício e de obtenção de metas institucionais. No seio dessas comunidades discursivas, os gêneros ganham a função de promover a interação humana ligada às práticas profissionais.

O boletim de ocorrência (BO) se destaca como gênero do domínio policial, notadamente porque nele se formaliza o trabalho desenvolvido pela polícia, o que é feito com o registro das informações prestadas pelas pessoas que participaram da ocorrência e com o relato oficial sobre as providências adotadas em nome do Estado. Trata-se de um gênero institucional, próprio da organização policial, e que tem função social importante em razão dos efeitos que o registro pode gerar para pessoas físicas e jurídicas.

Essa importância, institucional e social, justifica o interesse e o esforço para que os policiais responsáveis pela redação do BO desempenhem essa atividade própria do seu trabalho de maneira adequada. Na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)²⁶, o ensino da produção do BO ocorre sistematicamente nos cursos de formação policial, de níveis técnico e superior, realizados pela Academia de Polícia Militar (APM), em disciplinas destinadas ao ensino dos gêneros da atividade profissional. Neste trabalho, apresentamos resultados de uma pesquisa de Mestrado que buscou identificar marcas do BO com o objetivo de subsidiar atividades didáticas voltadas para o ensino do gênero nesse ambiente profissional.

Um dos aspectos que motivou a pesquisa foi a adoção do suporte informatizado para a elaboração do BO, o que se deu a partir do ano de 2003. O novo suporte, que substituiu o formulário impresso preenchido manualmente, teve implicações na forma como o BO passou a ser produzido, não somente no que se refere às operações que passaram a ser exigidas do relator²⁷ para a operacionalização do sistema, mas, antes disso, às que demandam perceber as peculiaridades propiciadas pelo novo formato. O atual BO resulta do esforço conjunto das polícias militar e civil e dos bombeiros militares no sentido de constituir um banco de dados único com informações chegadas

26 No Brasil, não há padronização, entre os estados, do gênero no qual o policial registra a ocorrência. Neste trabalho, referimo-nos exclusivamente ao BO emitido pela PMMG.

27 *Relator*, termo que adotaremos de agora em diante, é a denominação dada, na PMMG, para o policial que redige o BO. *Autor*, *vítima* e *envolvido*, também empregados neste trabalho, são também termos convencionados pela instituição.

aos três órgãos e inseridas nos documentos institucionais. Para isso, foi criado um sistema denominado Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) no qual são elaborados diversos gêneros do sistema de defesa social do estado, dentre os quais se destaca o BO.

Para que as informações inseridas no BO fossem organizadas de forma a ser recuperadas por meio de operações de busca no sistema informatizado, foi preciso tratá-las de forma parametrizada. Isso corresponde a dizer que cada informação deve, via de regra, ser inserida em campo próprio, com emprego de termos convencionados. Dito de outro modo, se os dados referentes a cada BO forem inseridos da maneira completa e conforme convencionado serão potenciais fontes de informações recuperáveis sobre a situação da segurança pública. Informações omitidas ou lançadas inadequadamente têm o efeito contrário – ainda que pareçam suficientes e adequadas para um exemplar individual, podem representar lacunas ou inconsistências para o banco de dados.

Na versão de BO que antecedeu o atual, já estavam presentes alguns campos parametrizados que assinalavam destaque para informações básicas sobre as pessoas envolvidas na ocorrência, sobre o local e sobre o horário, etc. Com o advento do suporte informatizado, tais campos foram intensificados, assim como o foi o grau de informatividade sobre a ocorrência. Os campos parametrizados no BO informatizado, de forma diferente do que ocorria com o formulário impresso, passaram a concentrar mais informações, tornando-se percurso necessário para que o leitor confira sentido ao texto.

Como consequência das inovações, tornou-se necessária a familiarização dos relatores com as mais recentes características do gênero, atualizando práticas de escrita, reformulando a produção textual e buscando mecanismos que permitissem a conexão entre as duas estruturas que compõem o gênero – campos parametrizados e histórico –, preservando sua unidade de sentido.

2. Sobre gêneros, folhado textual e comunidade discursiva: arcabouço teórico-metodológico

A partir de abordagens que levaram à percepção de que a competência para utilizar os gêneros textuais é determinante para a realização das práticas sociais do ser humano, os gêneros tornaram-se objeto de estudo em pesquisas acadêmicas sob a luz de vertentes diversas. As formulações de Bakhtin (2011), nesse quadro, são centrais quando nos dispomos a definir gêneros textuais. Para o filósofo russo, o ser humano se comunica, nas diversas situações sociais, por meio de gêneros, enunciados relativamente estáveis dos quais reconhece determinadas características que sinalizam sua adequação ao contexto de produção e de circulação.

É a estabilidade do gênero que permite que o falante dele lance mão como instrumento para alcançar seus objetivos em uma dada situação comunicativa, mas essa estabilidade é relativa. Os gêneros são atualizados e ajustados em cada enunciação. Essas qualidades do gênero conduzem ao entendimento de que se por um lado os enunciados não são rígidos e imutáveis, por outro, preservam características que os fazem reconhecidos como apropriados pelos falantes em razão do seu conteúdo temático, sua estrutura composicional e seu estilo.

Se os gêneros atendem às mais diversas necessidades comunicativas nas várias esferas, esses enunciados são inúmeros (MARCUSCHI, 2005), e podem surgir, desaparecer, se modificar de acordo com demandas humanas, como a disponibilidade de novos suportes. É o fato de estar inserido em uma dada comunidade que exigirá do falante o desenvolvimento de competências para lidar – falar, ler e escrever – com determinados gêneros. A inserção no mundo do trabalho é uma das circunstâncias em que o falante necessita se apropriar de enunciados para dar conta de novas situações de comunicação.

No caso do BO, os relatores são policiais que utilizam o gênero no cumprimento de sua função profissional. Não basta, por certo, ser policial militar para reconhecer e aplicar com segurança as características retóricas e linguísticas do BO. Reconhecê-las e ser capaz de empregá-las, por outro lado, estão entre as habilidades necessárias para o bom exercício das atribuições profissionais. É na lacuna entre o ser e o fazer que se inserem as atividades de ensino que pretendem contribuir para a apropriação do gênero pelo profissional.

Um grande número de correntes teóricas da linguística se desenvolveu a partir das postulações de Bakhtin. Algumas ampliam as discussões sobre texto, gênero e discurso. Exemplo disso é o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), desenvolvido por Bronckart (2003; 2006) e outros pesquisadores da Escola de Genebra. A pesquisa tratada neste trabalho não se ancorou totalmente nos postulados do ISD, mas recorreu a um aspecto específico dessa corrente para analisar os traços linguísticos do BO, qual seja, o modelo de análise de textos no qual se observam o contexto de produção e o folhado textual.

No ISD, textos são “produtos da atividade de linguagem em funcionamento permanente nas formações sociais: em função de seus objetivos, interesses e questões específicas, essas formações elaboram diferentes espécies de textos, que apresentam características relativamente estáveis” (BRONCKART, 2003: 137). O contexto de produção e a arquitetura interna dos textos são centrais nos procedimentos de análise de textos propostos no ISD. O contexto permite que se percebam o conjunto de parâmetros que interferem na organização do texto e é considerado sob a perspectiva do mundo físico – lugar e momento de produção, emissor e receptor – e do mundo social – lugar social, posições sociais do emissor e do receptor, assim como os objetivos da interação. A arquitetura interna dos textos, explicada sob a metáfora do folhado textual, corresponde a três camadas sobrepostas e interativas presentes em todos os textos.

Na primeira camada, a infraestrutura geral, observam-se: a) o plano geral do texto, o seu conteúdo temático, perceptível na leitura; é o que se pode resumir, dizer o que é tematizado no texto; b) os tipos discursivos, segmentos do texto que mobilizam subconjuntos particulares de recursos linguísticos e revelam a construção do mundo discursivo; e c) as sequências, modos de planificação linguísticos organizados em orações ou cláusulas.

Os tipos discursivos, cuja noção é considerada contribuição original do ISD, ainda que não tenha sido criada por pesquisadores dessa corrente (MIRANDA, 2007), são observáveis a partir: a) da descrição do mundo ordinário e nas operações psicológicas nas quais se baseiam – narrar ou expor; e b) das configurações das unidades linguísticas que traduzem esses mundos (BRONCKART, 2003; 2008). Mundo ordinário é o mundo representado pelos agentes humanos, mundo discursivo é o mundo virtual criado pela linguagem (BRONCKART, 199: 151). As operações psicolinguageiras que constituem os mundos discursivos são de duas ordens, o narrar e o expor.

O narrar se configura com a disjunção entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático e as do mundo ordinário. No narrar, o enunciador reporta a tempo e espaço distantes do mundo ordinário. Para isso, ancora os fatos em origens espaço-temporais que o permitem retomar o momento e o lugar dos acontecimentos – nesse caso, opera-se a disjunção. O distanciamento entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático e o mundo ordinário não acontece no *expor*, e os fatos são apresentados como acessíveis aos actantes – ocorre a conjunção.

Duas outras operações, implicação e autonomia, se entrecruzam com o narrar e o *expor* na constituição dos tipos discursivos. Na implicação, é necessário acessar os elementos do contexto para interpretar o texto. Na autonomia, o leitor não depende dos elementos do contexto para essa interpretação. As operações de implicação e autonomia se entrecruzam com o *narrar* e o *expor* e dão origem aos tipos discursivos: disjunto e autônomo – narração; disjunto e implicado – relato interativo; conjunto e autônomo – discurso teórico; e conjunto e implicado – discurso interativo. Narração e relato interativo são da ordem do *narrar*, enquanto discurso interativo e discurso teórico são da ordem do *expor*.

Ainda na primeira camada do texto estão as sequências, modos de planificação mais convencionais ou, mais especificamente, modos de planificação de linguagem, que se desenvolvem no interior do plano geral do texto – narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal. Neste trabalho, abordaremos as sequências narrativa e descritiva, uma vez que as demais não estão presentes no BO. A explicação sobre narrativa apresentada por Bronckart (2003) fundamenta-se em Labov e Waletzky (1967), para quem essa sequência se organiza em cinco elementos estruturais – *orientação, complicação, avaliação, solução e coda*.

Segundo Labov e Waletzky (1967), por meio da narrativa, os falantes recapitulam experiências em unidades menores de narrativa apresentadas em ordem que coincide com a sequência dos acontecimentos. Na narrativa, a *orientação* tem função referencial na medida em que nela estão inseridas informações sobre os personagens, o tempo e o espaço dos acontecimentos. A *complicação* sinaliza a modificação do estado inicial e, em razão disso, constitui a motivação da narrativa. A *avaliação* ressalta a importância dos acontecimentos sob a perspectiva do narrador, e sua atitude perante eles. A *solução* – resultado – pode coincidir com a *avaliação* quando a segunda é o último elemento da narrativa. A *coda*, elemento adicional de certas narrativas, sinaliza

que o enunciador deixou o tempo dos fatos – o passado – e voltou-se para o tempo da fala, o presente.

Para Bronckart (2003), a descrição guarda certa autonomia em relação aos segmentos discursivos nos quais se insere. Apresenta-se em várias fases, nem sempre em ordem linear, mas hierárquica ou vertical. Para Bronckart, a maior parte das sequências descritivas são articuladas (ou dependentes) das sequências narrativas quando desenvolvem alguns aspectos destas sequências. Nesses casos, as sequências descritivas são consideradas *secundárias* ou *relacionadas*.

Os mecanismos de conexão funcionam como organizadores textuais – são os mecanismos de conexão, as conjunções, os advérbios ou locuções adverbiais, os grupos preposicionais, os grupos nominais e as sequências de frases. Os mecanismos de coesão nominal podem introduzir temas e personagens ao texto e assegurar sua retomada ou sua substituição. A função dos mecanismos de coesão verbal é assegurar a organização temporal e hierárquica dos estados, acontecimentos ou ações verbalizados nos textos²⁸.

Os mecanismos enunciativos – o posicionamento enunciativo e as vozes – concorrem altamente para a função interativa do texto, já que contribuem para sinalizar quais instâncias assumem o que é enunciado, quais vozes se expressam, e traduzem avaliações sobre alguns aspectos do conteúdo temático.

Bronckart (2003) propõe um procedimento para coleta e análise de textos empíricos, visando à análise das suas características individuais, em que o *corpus* selecionado seja representativo do conjunto de textos atestáveis em uma língua. Considerando que, em decorrência dos diversos níveis de competência dos produtores, é possível encontrar textos de níveis muito diferentes de “qualidade” (BRONCKART, 2003: 79), no que se refere à organização e à clareza, por exemplo, o autor propõe que se selecionem textos empíricos “cuja qualidade for reconhecida por uma determinada comunidade linguística” (BRONCKART, 2003: 78). Para a coleta do *corpus* da pesquisa, acatamos a proposta de Bronckart e optamos por selecionar exemplares de BO validados pela comunidade discursiva PMMG.

28 Em uma abordagem mais recente da arquitetura textual, Bronckart (2013) não inclui a análise da coesão verbal juntamente à dos mecanismos responsáveis pela textualização, restringindo a análise da segunda camada aos mecanismos de conexão e à coesão nominal. Com sustentação em Bulea (2010), entendemos que isso decorreria do entendimento de que a estruturação temporal dos processos evocados no texto se relaciona com a própria construção dos tipos de discurso, o que justifica tratar a coesão verbal junto aos tipos discursivos.

Com sustentação no construto teórico das *comunidades discursivas* de Swales (1990; 2009), a seleção dos exemplares foi requerida à própria corporação policial. A uma autoridade do setor responsável pela implantação, coordenação, normatização, controle, atualização e avaliação do BO informatizado, solicitamos vinte e cinco exemplares de BO considerados de boa qualidade pela instituição, sendo cinco de cada natureza²⁹ que incidiu com maior frequência no primeiro semestre do ano de 2012. A área de coleta referiu-se à cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, que, no organograma operacional da instituição, corresponde ao território sob responsabilidade da Primeira Região de Policiamento. A fonte para identificação das ocorrências de maior incidência foi o banco de dados do REDS que, conforme já esclarecemos, tem como sua principal fonte as informações coletadas do BO.

Considerando tais parâmetros, o *corpus* inicial foi integralizado com 25 exemplares³⁰, cinco de cada uma das naturezas furto, roubo, ameaça, acidente de trânsito com vítima e dano. A análise preliminar dos exemplares coletados nos levou à conclusão de que muitos dados se repetiam e, em razão disso, reduzimos o *corpus* a sete exemplares.

Como instrumento de validação da pesquisa, submetemos os sete exemplares que constituíram o *corpus* final a um profissional que representou os destinatários mais frequentes do BO, os delegados da Polícia Civil. A escolha de um delegado pautou-se no entendimento de que esse profissional seria capaz de falar, em uma entrevista, sobre o BO a partir de sua experiência com o gênero. A validação foi realizada em entrevista gravada, sem que o informante tivesse acesso às análises da pesquisadora, desenvolvidas em etapa anterior.

Submeter os exemplares que constituíram o *corpus* de pesquisa à apreciação de um delegado permitiu-nos conhecer a visão do destinatário potencial do BO. Se os exemplares analisados pela pesquisadora eram respaldados pelos representantes da comunidade discursiva que emite o BO, restava saber em que medida eles atenderiam às expectativas da instituição que, na maior parte das vezes, recebe o texto. Dessa forma, esperávamos respostas a duas indagações: a) a qualidade dos BO coletados seria

29 Grosso modo, natureza, ou *subclasse*, indica a tipificação do ato como infração penal – ou o evento genérico que determinou o empenho da polícia.

30 Apesar do respaldo institucional em relação aos BO, a própria instituição apontou alguns problemas pontuais nos BO coletados. A aceitação de exemplares com esses problemas, considerados menos graves, decorreu da dificuldade de pesquisar todo o universo de BO que se enquadrava nos critérios de tempo, espaço e natureza, cujo somatório era de 66.979 ocorrências. As ressalvas institucionais, por sua vez, contribuíram para que conhecêssemos aspectos que, embora presentes nos exemplares, não eram desejados pela instituição emissora.

também atestada pelo destinatário potencial? b) as marcas inventariadas na análise da pesquisadora correspondiam às expectativas do destinatário potencial do texto?

Entrevistamos uma delegada que considerou como de boa qualidade o conjunto dos BO que lhe foi apresentado, o que convergiu para o entendimento de que a qualidade geral dos BO atende à necessidade do destinatário. Neste trabalho, trataremos de alguns exemplos, sem esgotar totalmente os aspectos levantados, o que decorre dos limites impostos à apresentação. Manteremos, na referência aos exemplares, a numeração que lhes foi atribuída na pesquisa com o objetivo de permitir que nosso leitor perceba quando tratarmos de exemplares distintos.

A destinação adequada dos BO para as delegacias responsáveis pela apuração dos casos foi um aspecto considerado positivo em todos os exemplares. Quando o policial relator falha ao selecionar o destinatário, obriga o delegado que recebeu o BO a analisá-lo e transferi-lo para outro delegado, causando retardo no trâmite e demanda desnecessária de trabalho ao destinatário inicial.

O exemplar que numeramos 4, roubo, foi classificado como “acima da média” em comparação com os BO que normalmente estão em circulação. Nesse exemplar, apesar de o autor não ter sido encontrado, o policial relator disponibilizou espaço nos campos parametrizados para sua qualificação. Assim, embora não fosse possível inserir seu nome ou endereço, estão registradas características físicas – tais como altura e idade aparente – que poderiam ser úteis na fase investigativa. O mesmo aconteceu com o veículo utilizado na fuga do autor que, ainda que não tivesse sido apreendido, recebeu destaque no BO com a inserção de informações referentes ao seu modelo, cor, placa, etc. Em outro exemplar, o de nº 3, furto, a entrevistada considerou como aspecto positivo a inserção, nos campos parametrizados, de características do autor, tais como tatuagem e idade.

Quanto aos aspectos negativos, a entrevistada apontou basicamente a ausência de informações ou esclarecimentos sobre o fato e, em casos pontuais, as escolhas de termos ou informações feitas pelo policial relator. No exemplar nº 1, furto, identificou problemas relacionados à descrição dos materiais furtados, já que o policial relator não especificou a quantidade de cada objeto. No *histórico* do exemplar 1, foram omitidas informações sobre as circunstâncias em que o furto ocorreu, como, por exemplo, se a vítima do crime, ocorrido em um bar, havia se ausentado das proximidades da bolsa furtada, se descuidou-se do objeto ainda que permanecendo próximo a ele.

Em uma avaliação mais ampla, a entrevistada considerou que a ausência de informações poderia ser suprida posteriormente como consequência do desenvolvimento dos trabalhos da Polícia Civil. Por outro lado, não deixou de enfatizar que a qualidade do BO está relacionada com a informatividade inserida nele e, dessa forma, deixou transparecer sua expectativa de que o texto apresentasse esclarecimentos sobre pessoas e acontecimentos que podem ser levantados pelo policial relator no seu contato com os envolvidos.

A entrevista de validação permitiu que chegássemos às seguintes conclusões: a) grande parte das expectativas do potencial destinatário do BO é preenchida quando a produção do texto se dá em coerência com as prescrições normativas da própria PMMG, uma vez que a instituição estabelece como procedimento esperado do relator o esforço para o lançamento das informações requeridas nos campos parametrizados e no histórico; b) as análises procedidas pela pesquisadora, especialmente as relativas ao levantamento do contexto de produção e à estrutura da narrativa, anteciparam aspectos verificados na entrevista de validação, com destaque para aqueles em que se infere falta de clareza na complicação ou na orientação da narrativa.

3. Marcas do gênero boletim de ocorrência

As análises do *corpus*, a consulta a normas institucionais e o estudo de pesquisas prévias sobre o BO permitiram formular as características do contexto de produção do gênero. O lugar social em que se dá a produção do BO é um ambiente de trabalho que, embora admita certas variáveis em termos de ambientes físicos específicos – já que pode ser produzido na delegacia de Polícia Civil, na unidade da PMMG, em postos de apoio estabelecidos em conjunto com a comunidade ou em ambientes particulares – se condiciona ao acesso ao espaço virtual institucionalizado, indispensável para a criação do BO informatizado.

O relator do BO ocupa a posição social de um policial militar empenhado no exercício de suas atividades profissionais, o que compreende a circunstância de haver contatado pessoas e acessado informações que lhe permitem contar, muitas vezes utilizando-se da versão de outros, os fatos que se constituem na ocorrência policial. O destinatário do BO, de maneira geral, ocupa o papel social de uma autoridade, assim

entendido aquele que tem competência legal para adotar medidas que visem à apuração do acontecido. De maneira mais específica, a autoridade destinatária mais frequente do BO ocupa o papel social de um delegado policial. O objetivo da produção do BO é registrar o fato que se enquadra entre aqueles que foram definidos como *ocorrências típicas de polícia* e, como consequência, gerar providências em relação ao caso.

A produção do BO, portanto, se dá em um contexto que supõe emissor e receptor legitimados em razão dos papéis sociais que ocupam. O primeiro para formalizar o registro, e o segundo para recebê-lo, avaliá-lo e adotar providências em relação ao seu conteúdo. Emissor e receptor do BO são habilitados, em suas respectivas comunidades discursivas, para operar o sistema em que o gênero é produzido, tramita, é aceito e recebido. Ambos compartilham conhecimentos e expectativas um em relação ao outro e em relação ao texto. O gênero atende a demandas das duas instituições que se colocam em pontos distintos do percurso da prestação de serviços de segurança pública: a produção do BO representa a conclusão dos trabalhos da PMMG e dá início às atribuições próprias da Polícia Civil.

Quanto ao folhado textual do BO, o plano geral pode ser constituído por um rol de temas que as duas instituições policiais classificam como *ocorrências típicas de polícia*. O tema de cada exemplar é sinalizado nos campos parametrizados que funcionam, ao longo do texto, para: a) orientar a produção textual, na medida em que requerem informações, oferecem instruções sobre o que deve ser inserido em diversos campos, alertam sobre a falta de preenchimento de campos obrigatórios e sobre o vínculo entre esses mesmos campos, disponibilizam opções de termos e expressões a serem selecionados e também de esclarecimentos quanto à adequabilidade de algumas escolhas; b) facilitar a leitura, categorizando as informações, agrupando-as em razão de sua afinidade e de sua relação com o evento ou com o empenho policial, e permitir o processamento não linear, individualizado, favorável à busca de informações gerais ou particulares; c) alimentar os bancos de dados das instituições de segurança pública do estado, consistindo-se na fonte de informações para as análises criminais.

O relator do BO mobiliza o expor implicado, o discurso interativo, quando se posiciona perante o delegado e dá início a uma interação que somente pode ser percebida a partir dos movimentos e sentidos projetados pelos campos parametrizados que sinalizam o início e o encerramento da interação, o chamamento ao destinatário, o posicionamento do emissor e do receptor. A exposição da ocorrência, no entanto, se dá com a mobilização do narrar implicado, o relato interativo, uma vez que, para contar os

fatos acontecidos, o relator a ancora em tempo e lugar diversos daquele em que se dá a interação verbal. A presença de verbos no pretérito perfeito, no pretérito imperfeito e no futuro do pretérito nos *históricos* articula-se como recurso para destacar a sequência temporal dos acontecimentos. Para produzir sentido pretendido, e acatar o enunciado como válido, o destinatário recorre a informações sobre o contexto de produção.

O discurso indireto predomina no *histórico* do BO, já que, via de regra, o policial relator retextualiza as falas dos envolvidos, atribuindo-lhes a responsabilidade por informações sobre a ocorrência. O BO também comporta marcas convencionais de discurso direto, que podem estar presentes no *histórico*, quando a fala de um dos envolvidos é reproduzida – tal como ocorre no exemplar 4, roubo, em que as palavras do autor são citadas [...*pega o dinheiro*]. Há casos outros, como no exemplar 3, em que o policial relator emprega o discurso direto para assinalar sua própria voz, uma vez que se insere como personagem da ocorrência, contando as providências que adotou diante do furto.

A análise das sequências resultou no que reputamos como um dos importantes achados da pesquisa, especialmente porque nos interessávamos pela aplicação nas atividades de ensino e aprendizagem do gênero. A estrutura composicional da versão final do BO, que se conforma em sua maior parte em tabelas, pode fazer parecer, à primeira vista, que a descrição predomine na maior parte do texto³¹. Esse entendimento pode sugerir que o lugar da narração no BO seja exclusivamente o *histórico*, espaço que comportaria, assim, a *orientação*, a *complicação*, a *avaliação*, a *solução* e a *coda*. Resultado desse entendimento seria, a exemplo do que observamos em situações práticas de produção do BO em sala de aula do ensino profissional, a inserção de determinadas informações referentes a elementos da narrativa tanto nos campos parametrizados quanto no *histórico* – o que causa prejuízo para a concisão e, algumas vezes, contradições. Outro resultado possível desse entendimento seria o registro de determinados elementos da narrativa apenas no *histórico* – por sua vez, causando lacunas no banco de dados.

A natureza e os objetivos aos quais se destinam os campos parametrizados fazem com que eles se constituam espaços necessários para determinados elementos da narrativa. Isso ocorre com os campos destinados aos *dados gerais* e à *qualificação dos envolvidos* que, por hospedarem informações sobre personagens, tempo e espaço dos

31 Referimo-nos, com esta afirmação, ao predomínio no espaço físico do texto.

fatos são vinculados essencialmente à *orientação* da narrativa, movimento recorrente em todos os exemplares analisados.

A *orientação* pode estar também presente no *histórico*, nas ocasiões em que o relator esclareceu informações que não puderam ser detalhadas nos campos parametrizados. A presença da orientação no *histórico* pode ser considerada mais intensa quando nele foram incluídas características complementares dos autores, como no caso em que insere o nome fantasia do estabelecimento comercial onde ocorreu o fato – furto. Campos parametrizados destinados ao registro das *viaturas e policiais* empenhados na ocorrência podem comportar a *orientação* o que se dá quando esses profissionais participam como personagens. Em todos os casos, a presença de elementos típicos da *orientação* no *histórico* representa a necessidade de complementar dados dos campos parametrizados quando esses campos não comportaram os detalhamentos requeridos pela situação.

Também o campo destinado ao registro das *armas e materiais* contempla marcas do elemento *orientação*, uma vez que vincula objetos relacionados ao evento e aos personagens apresentados na narrativa. Estando presente o campo *armas e materiais*, há vínculo com a *orientação*, muito embora esse campo não seja frequente em todos os exemplares.

No Quadro 1, demonstramos em que medida a orientação da narrativa se apresenta de forma mais ou menos intensa nas partes do BO. A mesma estrutura será mantida para tratar dos elementos *complicação* e *avaliação* nos quadros que se seguem.

QUADRO 1
Movimentos da orientação na narrativa no BO

| ESTRUTURA DO BO | EXEMPLARES | | | | | | |
|--------------------|---------------|---|-----------------|---|---|---------------------------|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Dados Gerais | | | | | | | |
| Envolvidos | | | | | | | |
| Materiais e armas | | | | | | | |
| Histórico | | | | | | | |
| Viaturas/policiais | | | | | | | |
| Recibo | | | | | | | |
| | Alta presença | | Alguma presença | | | Pouca ou nenhuma presença | |

A mesma atração ocorre entre a *complicação* da narrativa e o *histórico* (Quadro 2), já que o objetivo desse espaço é permitir o entrelaçamento das informações dispostas nas demais partes do BO, apresentando os fatos de maneira que o leitor perceba a sucessão e as particularidades dos acontecimentos. Assim, o *histórico* é o espaço da *complicação* e, respeitada a necessidade de produzir um texto conciso e com esclarecimentos que se sustentem nos campos parametrizados, será tanto mais eficaz quanto a habilidade do relator em identificar quais informações, próprias desse campo, serão úteis ao destinatário do documento. Nesse sentido, a entrevista de validação corroborou o entendimento de que informações mais pormenorizadas sobre as circunstâncias dos delitos, não comportadas pelos campos parametrizados, poderiam contribuir para a maior informatividade quando inseridas no *histórico*.

QUADRO 2
Movimentos da complicação na narrativa no BO

| ESTRUTURA DO BO | EXEMPLARES | | | | | | |
|--------------------|-----------------|-------------------|---|---|-----------------------------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Dados Gerais | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Envolvidos | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Materiais e armas | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Histórico | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Viaturas/policiais | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| Recibo | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ | ■ |
| | ■ Alta presença | ■ Alguma presença | ■ | ■ | ■ Pouca ou nenhuma presença | ■ | ■ |

Ainda quanto à capacidade do *histórico* para recepcionar informações referentes à *complicação* da narrativa, observamos que a precisão dos termos e expressões utilizadas nessa parte do texto concorre para a qualidade geral do BO. Em sentido contrário, expressões como *motivos fúteis*, empregada no exemplar 5, ameaça, não permitem inferir sentido objetivo aos acontecimentos e, portanto, são vazias de informatividade.

A manifestação da *avaliação* no BO pode ser observada a partir de duas perspectivas (Quadro 3). A primeira se refere à ação relator de vincular os acontecimentos a uma tipificação que enquadrará os fatos definidos como ocorrências *típicas de polícia*, o que resulta no registro do BO e, nesse documento, na inserção da natureza nos campos destinados à *qualificação dos envolvidos* e aos *dados gerais*, nos

quais registra a natureza da ocorrência – manifestando sua apreciação sobre o enquadramento do fato.

QUADRO 3
Movimentos da avaliação na narrativa no BO

| ESTRUTURA DO BO | EXEMPLARES | | | | | | |
|--------------------|---------------|-----------------|---|---|---------------------------|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Dados Gerais | | | | | | | |
| Envolvidos | | | | | | | |
| Materiais e armas | | | | | | | |
| Histórico | | | | | | | |
| Viaturas/policiais | | | | | | | |
| Recibo | | | | | | | |
| | Alta presença | Alguma presença | | | Pouca ou nenhuma presença | | |

O segundo tipo de manifestação da *avaliação*, por sua vez, pode ocorrer em posições distintas. No *histórico*, pode ser imputado à vítima ou ao autor – como ocorre nos exemplares 1 e 3, ambos furto – um julgamento sobre circunstâncias ou motivações do acontecimento. Nos exemplares 1 e 3, nos quais as avaliações foram imputadas à vítima ou ao autor, ou, ainda, construída com elementos que sugeriam dúvida [...*suspeita que o provável autor...*], atribuímos, na análise, intensidade menor à *avaliação*. Nos exemplares 5 e 6, por sua vez, entendemos que as avaliações se mostraram mais intensas. No exemplar 6, que tratou da ocorrência de trânsito, na medida em que a avaliação se deu pela manifestação uníssona da fala dos dois condutores de veículos sobre as causas do acidente. No exemplar 5, ameaça, pelo emprego da expressão *motivos fúteis*, assumida pelo próprio policial relator. Tal expressão, embora não indique uma causa objetiva para a ameaça praticada contra a vítima, carrega julgamento de irrelevância, qualquer motivo que não poderia justificar a ação do autor. Nesse sentido, o emprego da expressão *motivos fúteis*, além de não alcançar a desejada clareza, contraria a impessoalidade própria dos textos oficiais.

Nos exemplares analisados, atribuiu-se ao campo *recibo* a capacidade de indicar a *solução* da narrativa, uma vez que a formalização do registro representa a atitude do policial em relação aos fatos, materializada pela ação de dar ciência das ocorrências àqueles a quem cabe adotar providências sobre eles. Em alguns exemplares – 3, 4 e 5 –, o *histórico* também apresenta a *solução*, o que ocorre quando o policial militar registra providências que ele mesmo adotou em relação aos acontecimentos.

A *coda*, por sua vez, manifesta-se prioritariamente nos campos parametrizados destinados ao *recibo* e ao *registro dos policiais*, como espaços nos quais o policial militar se situa no presente da interação, não mais no tempo passado da ocorrência. Também no *histórico* estão presentes movimentos da *coda*, embora com traços diferentes. No exemplar 4, quando trata da operação desencadeada para encontrar o autor do roubo, o policial relator estende os resultados até o presente da produção, dando a entender que as buscas não haviam cessado até o encerramento do registro [...até o momento não foram localizados]. Nesse caso, o movimento é compatível com um sentido pretendido pelo relator e coerente com uma informação possível face às circunstâncias dos acontecimentos. No exemplar 3, furto, por outro lado, a *coda* está inserida em uma sequência que reitera informações recuperáveis pelos campos parametrizados e que, em razão da sua construção, assemelha-se a uma tentativa de inserir um fecho no histórico [*Diante do exposto, apresentamos os menores qualificados neste REDS...*]. Assim, a *coda* presente no exemplar 4 mostrou-se compatível com o *histórico*, o que não ocorreu com a *coda* do exemplar 3.

O gerenciamento das vozes se mostra aparentemente menos complexo nos casos em que, no *histórico*, todas as informações são atribuídas a terceiros, como no caso da vítima do exemplar 1, furto. A diversidade das vozes ressaí de ocorrências nas quais há um conjunto maior de personagens, notadamente aquelas em que o relator se vê envolvido, com outros policiais, e necessita habilidade para marcar a voz responsável por cada informação, isentando-se ou explicitando sua própria versão sobre os acontecimentos.

Alguns campos parametrizados, apesar do seu caráter rígido, expõem informações que não podem ser atribuídas ao policial relator. É o caso dos campos destinados à descrição de pessoas ou objetos com os quais o policial relator não teve contato e, em razão disso, somente pôde descrever valendo-se de informações prestadas por outros. Nesse sentido, vozes outras, que não as do policial relator, podem fazer-se ouvir, também, em certos campos parametrizados do BO, não apenas no *histórico*. A pesquisa não caminhou na direção de buscar aprofundamento quanto às implicações desse entendimento, nem de investigar minuciosamente os enredamentos que percepções nesse sentido poderiam gerar nas maneiras de produzir e processar o BO. Ressaiu, no entanto, a percepção de que as atividades de ensino devem contemplar discussões que considerem as vozes responsáveis pelas informações registradas nos campos parametrizados.

Os conectores que estabelecem relação de conformidade são empregados para anunciar a fala de personagens da narrativa [*segundo, conforme*], destacando que a outros, que não o policial relator, cabe a responsabilização pelas informações apresentadas no *histórico*. Também adversativos [*mas, porém, entretanto*] estão presentes nos exemplares e marcam articulação textual, algumas vezes deixando transparecer a impressão do policial relator sobre o fato narrado [*...o vidro dianteiro estava quebrado, porém nada foi levado...*].

A repetição e a substituição foram estratégias recorrentes para promover a conexão nominal quando era necessário retomar, no *histórico*, as personagens qualificadas nos campos parametrizados. Na referência aos personagens da narrativa, a substituição mostrou-se recurso utilizado com certa recorrência. Esse recurso, algumas vezes, resultou perda ou prejuízo para a recuperação de algumas informações e mesmo transgressão de regras convencionais para emprego da norma culta. É o caso do emprego do pronome *eles* (*deles*, exemplar 3), do emprego de *mesmo* para substituir o sujeito (exemplar 1).

A estratégia da repetição parece conferir sentido mais preciso à participação dos personagens no *histórico*, atribuindo-lhes papéis coerentes com a denominação convencionalizada, pelo próprio sistema, para indicar sua participação na ocorrência. Nesse sentido, a repetição do tipo de envolvimento se mostra como uma estratégia efetiva para o estabelecimento da coesão nominal, o que se configura como padrão mais geral de textos técnicos.

4. Aplicações

Como material de suporte às atividades de ensino e aprendizagem do BO nos cursos de formação de policiais, a pesquisa permitiu-nos a elaboração de um roteiro para a produção textual, estruturado em uma sequência de tópicos que objetivam sinalizar a construção composicional e os recursos estilísticos que constituem as marcas do gênero. Neste trabalho, não detalharemos o roteiro, embora consideremos oportuno informar que ele vem sendo utilizado nas atividades às quais se destinou, com resultados considerados positivos sob a perspectiva de professores e alunos.

Outro produto da pesquisa é uma *check-list*, também destinada às atividades didáticas de ensino do gênero. Muito embora entendêssemos a *check-list* como recurso

também orientador da produção textual, uma vez que salienta marcas esperadas no BO, ela tem sido aplicada na avaliação de boletins de ocorrência produzidos pelos alunos. Nas atividades didáticas na formação policial, os boletins de ocorrência são produzidos no ambiente de treinamento, de acesso restrito aos policiais e aos professores, que contém as mesmas funcionalidades e a mesma configuração do sistema oficial no qual o BO é produzido em situação real. Assim, o produto das atividades didáticas se apresenta tal como o produzido na prática profissional – à exceção da marca d'água com a inscrição *documento sem validade legal/ambiente de treinamento* inserida automaticamente na versão de treinamento.

A *check-list* foi elaborada essencialmente com base na pesquisa que inventariou as marcas do BO. O recurso apresenta-se em forma de um quadro formatado em linhas nas quais estão listadas, em forma de tópicos, características esperadas no BO. Em frente a cada tópico, três colunas com as opções *sim*, *não* ou *parcialmente*, são preenchidas pelo aluno, conforme perceber que as partes do seu texto se ajustam ou não a cada característica. Todos os tópicos foram formulados de maneira a receber *sim* como resposta esperada. Assim, respostas *não* correspondem a problemas a serem corrigidos e respostas *parcialmente* revelam aspectos que devem ser reavaliados para que se considere sua adequação diante da situação motivadora da escrita.

Desde a elaboração de sua primeira versão, apresentada na pesquisa, a *check-list* recebeu algumas modificações para manter-se coerente com as atualizações implementadas no BO pela instituição que emite esse gênero. A *check-list* tem se mostrado eficiente para que os próprios alunos avaliem sua produção textual, ressaltando problemas a serem solucionados. Acreditamos que a maturidade e a motivação que em regra caracterizam os alunos do ensino profissional é um fator que os estimula a investir solução das falhas quando conseguem percebê-las como tal. Nesse sentido, a *check-list* tem se mostrado adequada.

5. Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos resultados de uma pesquisa que buscou identificar marcas do BO, gênero textual próprio da comunidade discursiva PMMG, na qual o *corpus* foi analisado com o modelo de análise de textos proposto pelo ISD.

Os resultados da análise convergiram para a elaboração de uma *check-list* aplicada em disciplinas destinadas ao estudo dos gêneros textuais da comunidade discursiva. O recurso, porém, não pode ser tomado como definitivo na medida em que o gênero a que ele se refere está sujeito a atualizações, a exemplo do que ocorre com quaisquer enunciados humanos.

Trata-se de um exemplo da possibilidade de aplicação da pesquisa acadêmica, com reflexos na formação de profissionais, mesmo em uma organização cujos gêneros são altamente padronizados e regulados. Padronização e regulação, concluímos, não excluem a necessidade de reflexão e avaliação quanto ao gênero e a sua produção, especialmente quando tratamos de formação para o exercício de atividades profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bakhtin, Mikhail. 2011 [1979]. Os gêneros do discurso. In: Bakhtin, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 261-306.

Bronckart, Jean-Paul. 2003 [1997]. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. 1 ed. 3 reimp. Tradução: Anna Raquel Machado; Péricles Cunha. São Paulo: EDUC.

Bronckart, Jean-Paul. 2006. *Atividade de linguagem discurso e desenvolvimento humano*. Machado, Anna Raquel; Matêncio, Maria de Lourdes (Org.). Campinas, SP: Mercado das Letras.

Bronckart, Jean-Paul. 2008. A linguagem como agir e a linguagem dos discursos. In: Bronckart, Jean-Paul. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Tradução de Machado, Anna Rachel; Matêncio, Maria de Lourdes. SP: Mercado das Letras. p. 69-108.

Bronckart, Jean-Paul. 2013. Um retorno necessário à questão do agir. In: Bueno, Luzia; Lopes, Maria Ângela Paulino; Cristóvão, Vera Lopes (Org.). *Gêneros textuais e formação inicial: uma homenagem a Malu Matêncio*. Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 85-107.

Bulea, Ecaterina. 2010. Atividade linguageira, textualidade e significação. In: Bulea, Ecaterina. *Linguagens e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade*. Tradução Vera Lúcia Figueiredo Leurquin e Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo. Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 63-93.

Labov, William; Waletzky, Joshua. 1967. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: Helm, June (org.). *Essays in the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press. p. 12-44.

Marcuschi, Luiz Antônio. 2005. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Ângela; Machado, Ana Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora. *Gêneros Textuais e Ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro, Lucena. p. 19-36.

Miranda, Florência. 2007. Os tipos de discurso em debate. In: Guimarães, Ana Maria; Machado, Anna Rachel; Coutinho, Maria Antónia (Org.). *O interacionismo sóciodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado das Letras. p. 161-165.

Swales, John Malcom. 1990. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Pres.

Swales, John Malcom. 2009. Repensando gêneros: uma nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: Bezerra, Benedito Gomes; Biase-Rodrigues, Bernadete; Cavalcante, Mônica Magalhães. *Gêneros e sequências textuais*. Recife: Edupe. p. 197-220.